



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

**ATA DA 26ª (VIGÉSIMA SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 26ª (vigésima sexta) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, Lúcio Flávio Alves, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira e Ricardo Ferreira Valente Filho. Também presente o Procurador do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Foi lida e aprovada a ata da 25ª Sessão Ordinária Virtual, bem como a presente ata. Passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/4154/2017 – Auto de Infração: 1/201706203**. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. **Recorrido: DOM PEDRO BRASIL EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS S/A. Relator: CONSELHEIRO MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão de **NULIDADE** do feito fiscal por vício formal, em razão do autuante não ter observado o regime de apuração a que se submetia o contribuinte, gerando uma série de falhas e, considerando que a metodologia utilizada pela fiscalização não foi adequada para demonstrar a ocorrência da infração, consoante o preconizado no art. 83 da Lei nº 15.614/2014. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para acompanhar o julgamento do processo, o representante legal da autuada, Dr. Igor Moreira. **Processo de Recurso nº 1/4155/2017 – Auto de Infração: 1/201706199**. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. **Recorrido: DOM PEDRO BRASIL EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS S/A. Relator: CONSELHEIRO RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão de **NULIDADE** do feito fiscal por vício formal, em razão do autuante não ter observado o regime de apuração a que se submetia o contribuinte, gerando uma série de falhas e, considerando que a metodologia utilizada pela fiscalização não foi adequada para

demonstrar a ocorrência da infração, consoante o preconizado no art. 83 da Lei nº 15.614/2014. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para acompanhar o julgamento do processo, o representante legal da autuada, Dr. Igor Moreira. **Processo de Recurso nº 1/4156/2017 – Auto de Infração: 1/201706196.** Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. **Recorrido: DOM PEDRO BRASIL EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS S/A. Relatora: CONSELHEIRA TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão de **NULIDADE** do feito fiscal por vício formal, em razão do autuante não ter observado o regime de apuração a que se submetia o contribuinte, gerando uma série de falhas e, considerando que a metodologia utilizada pela fiscalização não foi adequada para demonstrar a ocorrência da infração, consoante o preconizado no art. 83 da Lei nº 15.614/2014. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para acompanhar o julgamento do processo, o representante legal da autuada, Dr. Igor Moreira. **Processo de Recurso nº 1/4157/2017 – Auto de Infração: 1/201706193.** Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. **Recorrido: DOM PEDRO BRASIL EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS S/A. Relator: CONSELHEIRO ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão de **NULIDADE** do feito fiscal por vício formal, em razão do autuante não ter observado o regime de apuração a que se submetia o contribuinte, gerando uma série de falhas e, considerando que a metodologia utilizada pela fiscalização não foi adequada para demonstrar a ocorrência da infração, consoante o preconizado no art. 83 da Lei nº 15.614/2014. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para acompanhar o julgamento do processo, o representante legal da autuada, Dr. Igor Moreira. **Assuntos Gerais:** O Procurador do Estado destacou o bom trabalho desenvolvido na secretaria desta Câmara, o que foi corroborado pelo Presidente e os Conselheiros. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos. E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco **Wellington** Ávila Pereira  
Presidente da 3ª Câmara

**Ana Maria** Ribeiro de Farias Jorge  
Secretária da 3ª Câmara

